

9º SIMULADO

TCDF

PROVA OBJETIVA



Estratégia
Concursos

TCDF
2019

Simulado Especial

9º Simulado TC-DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TC-DF;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCDF-21-06-20>

01 – (C) (E)	31 – (C) (E)	61 – (C) (E)	91 – (C) (E)	121 – (C) (E)
02 – (C) (E)	32 – (C) (E)	62 – (C) (E)	92 – (C) (E)	122 – (C) (E)
03 – (C) (E)	33 – (C) (E)	63 – (C) (E)	93 – (C) (E)	123 – (C) (E)
04 – (C) (E)	34 – (C) (E)	64 – (C) (E)	94 – (C) (E)	124 – (C) (E)
05 – (C) (E)	35 – (C) (E)	65 – (C) (E)	95 – (C) (E)	125 – (C) (E)
06 – (C) (E)	36 – (C) (E)	66 – (C) (E)	96 – (C) (E)	126 – (C) (E)
07 – (C) (E)	37 – (C) (E)	67 – (C) (E)	97 – (C) (E)	127 – (C) (E)
08 – (C) (E)	38 – (C) (E)	68 – (C) (E)	98 – (C) (E)	128 – (C) (E)
09 – (C) (E)	39 – (C) (E)	69 – (C) (E)	99 – (C) (E)	129 – (C) (E)
10 – (C) (E)	40 – (C) (E)	70 – (C) (E)	100 – (C) (E)	130 – (C) (E)
11 – (C) (E)	41 – (C) (E)	71 – (C) (E)	101 – (C) (E)	131 – (C) (E)
12 – (C) (E)	42 – (C) (E)	72 – (C) (E)	102 – (C) (E)	132 – (C) (E)
13 – (C) (E)	43 – (C) (E)	73 – (C) (E)	103 – (C) (E)	133 – (C) (E)
14 – (C) (E)	44 – (C) (E)	74 – (C) (E)	104 – (C) (E)	134 – (C) (E)
15 – (C) (E)	45 – (C) (E)	75 – (C) (E)	105 – (C) (E)	135 – (C) (E)
16 – (C) (E)	46 – (C) (E)	76 – (C) (E)	106 – (C) (E)	136 – (C) (E)
17 – (C) (E)	47 – (C) (E)	77 – (C) (E)	107 – (C) (E)	137 – (C) (E)
18 – (C) (E)	48 – (C) (E)	78 – (C) (E)	108 – (C) (E)	138 – (C) (E)
19 – (C) (E)	49 – (C) (E)	79 – (C) (E)	109 – (C) (E)	139 – (C) (E)
20 – (C) (E)	50 – (C) (E)	80 – (C) (E)	110 – (C) (E)	140 – (C) (E)
21 – (C) (E)	51 – (C) (E)	81 – (C) (E)	111 – (C) (E)	141 – (C) (E)
22 – (C) (E)	52 – (C) (E)	82 – (C) (E)	112 – (C) (E)	142 – (C) (E)
23 – (C) (E)	53 – (C) (E)	83 – (C) (E)	113 – (C) (E)	143 – (C) (E)
24 – (C) (E)	54 – (C) (E)	84 – (C) (E)	114 – (C) (E)	144 – (C) (E)
25 – (C) (E)	55 – (C) (E)	85 – (C) (E)	115 – (C) (E)	145 – (C) (E)
26 – (C) (E)	56 – (C) (E)	86 – (C) (E)	116 – (C) (E)	146 – (C) (E)
27 – (C) (E)	57 – (C) (E)	87 – (C) (E)	117 – (C) (E)	147 – (C) (E)
28 – (C) (E)	58 – (C) (E)	88 – (C) (E)	118 – (C) (E)	148 – (C) (E)
29 – (C) (E)	59 – (C) (E)	89 – (C) (E)	119 – (C) (E)	149 – (C) (E)
30 – (C) (E)	60 – (C) (E)	90 – (C) (E)	120 – (C) (E)	150 – (C) (E)

PORTUGUÊS

Décio Terror

Na época do Brasil Colônia, já havia a ideia de levar a capital do país para a região central, para evitar ataques pelo mar. Mas a possibilidade só começou a ganhar força no Império. Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como “Patriarca da Independência”, reforçou a proposta de levar a sede das decisões brasileiras para o interior do território e sugeriu pela primeira vez o nome “Brasília”.

Em 1883, o sacerdote católico italiano Dom Bosco sonhou que visitava a América do Sul e, em seu relato, publicado no livro “Memórias Biográficas de São João Bosco”, relatou o que viu:

Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Disse, então, uma voz repetidamente: – Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a terra prometida, de onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.

A visão acabou sendo interpretada como uma premonição do local em que deveria ser construída a nova capital do Brasil. Mas ela começou a ser viabilizada somente em 1891, quando a determinação de sua área foi incluída na primeira Constituição da República brasileira. No ano seguinte, um grupo de cientistas foi enviado para explorar o Planalto Central e demarcar a área. Chefiada por Louis Ferdinand Cruls, a expedição ficou conhecida como “Missão Cruls”. Médicos, geólogos e botânicos compunham a equipe que fez um levantamento sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna e os recursos materiais da região. A área ficou conhecida como Quadrilátero Cruls, a primeira versão do “quadradinho”, como todo brasileiro chama o mapa da cidade.

A pedra fundamental do novo centro do poder brasileiro foi lançada em 1922, no centenário da Independência, próximo a Planaltina, atual região administrativa do DF. Em 1956, com nova demarcação da futura capital, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início de fato à realização do projeto que durou séculos. Na mesma área das coordenadas que Dom Bosco apontou e às margens do Lago Paranoá, Brasília começou a ser erguida.

Para organizar a logística da obra, foi criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que lançou no mesmo ano o “Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil” com o objetivo de selecionar projetos urbanísticos para a construção da cidade.

Dentre dezenas de propostas, a vencedora, do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, foi escolhida justamente

pela simplicidade: a ideia, entregue em uma folha branca e desenhada a lápis, partiu do traçado de dois eixos cruzando-se em ângulo reto, como o sinal da cruz.

Uma dessas linhas, o Eixo Rodoviário, tinha o traço levemente inclinado, o que dava à cruz a forma de um avião. Ele seria a via que leva às áreas residenciais – hoje, Asa Sul e Asa Norte. A outra linha, que representava o Eixo Monumental, abrigaria os prédios públicos e o palácio do Governo Federal no lado leste; a Rodoviária e a Torre de TV no centro, e os prédios do governo local no lado oeste.

Lúcio Costa não só desenhou os traços que definiram a capital do país, mas também previu como seria a alma de Brasília, como afirmou no livro “Memória descritiva do Plano Piloto”:

Cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país.

<http://www.df.gov.br/historia/>

01. A ideia de levar a capital do Brasil para Brasília foi de José Bonifácio de Andrada e Silva.

02. A expressão “Patriarca da Independência” (1º parágrafo) é a forma como era conhecido José Bonifácio de Andrada e Silva, por isso ocupa a função sintática de aposto explicativo.

03. Na oração “Quando se vierem a escavar as minas escondidas no meio destes montes” (3º parágrafo), o pronome “se” é apassivador.

04. Os verbos “sonhou” (2º parágrafo) e “visitava” (2º parágrafo) transmitem, respectivamente, ação acabada e ação em desenvolvimento no passado.

05. O verbo “jorrará” (3º parágrafo) pode ser substituído por **irromperão**, mantendo-se o sentido e a correção gramatical.

06. Mantém a correção gramatical a reescrita do trecho “Entre os graus 15 e 20 havia uma enseada bastante longa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago” da seguinte forma: **Entre os graus 15 e 20, existia uma enseada longínqua e muito larga, a qual partia de um ponto no qual era formado um lago.**

07. A exclusão da vírgula diante do vocábulo “mas” (9º parágrafo) mantém a correção gramatical.

08. A exclusão da preposição “em”, no trecho “num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país” (10º parágrafo), mantém a correção gramatical e a coerência.

09. O termo “a terra prometida” (3º parágrafo) é empregado sintaticamente para completar o sentido do verbo “aparecerá”.

10. O acento indicativo de crase nas expressões “às margens do Lago Paranoá” (5º parágrafo) e “às áreas residenciais” (8º parágrafo) ocorre pelo mesmo motivo gramatical.

CONHECIMENTOS SOBRE O DF

Leandro Signori

Com relação à transferência da capital brasileira e construção de Brasília, julgue os itens subsecutivos.

11. A transferência da Capital Federal de Salvador para o interior do País foi uma ideia endossada por Hipólito José da Costa. Por meio de sucessivos artigos, publicados no jornal Correio Braziliense, o jornalista alertou que, pelo fato de Salvador ser uma capital marítima, estava vulnerável a ataques estrangeiros.

12. Durante o primeiro governo do então presidente Getúlio Vargas não foram tomadas medidas efetivas visando à transferência da capital federal para o Planalto Central. Apenas com o fim da Era Vargas surgiram novas disposições legais que determinavam a retomada do processo de interiorização da capital federal.

Com relação à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE-DF), julgue o próximo item.

13. As ações desenvolvidas na RIDE-DE são coordenadas por um Conselho Administrativo, do qual participam representantes do Distrito Federal, dos estados de Goiás e de Minas Gerais, cujas remunerações serão financiadas com recursos de natureza orçamentária destinados pelos entes que a integram.

LODF

Rosenval Júnior

14. Entre os princípios da ordem econômica do Distrito Federal, está a função social da propriedade e também a livre concorrência.

15. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, dependente de autorização de órgãos públicos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base as disposições contidas na Lei Complementar distrital 840/2011, julgue os dois itens a seguir.

16. A ação disciplinar prescreve em cento e oitenta dias, quanto à advertência, contados da data em que o fato se tornou conhecido.

17. Não há margem de liberdade para o gestor público decidir quanto à concessão de licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, se o requerente encontrar-se respondendo a processo disciplinar.

No que se refere às empresas estatais, ao processo administrativo distrital e à disciplina atinente aos serviços públicos, julgue os três itens a seguir.

18. As empresas estatais devem divulgar ao público em geral, anualmente, sua carta de governança corporativa, que consiste em documento escrito, contendo as atividades por elas desenvolvidas, sua estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, a descrição da composição e da remuneração da administração, entre outros elementos.

19. O recurso administrativo pode ser apresentado por razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida, devendo ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de dez dias, encaminhará o expediente recursal à autoridade superior.

20. Situação hipotética: Determinado ente federativo celebrou contrato de concessão de serviço público com consórcio de empresas, após regular procedimento licitatório realizado sob a modalidade concorrência. Assertiva: Assumindo que o procedimento seguiu as regras legais, é correto afirmar que já houve a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado durante o procedimento licitatório.

Tomando por base os entendimentos do Supremo Tribunal Federal no que se refere aos atos de improbidade administrativa, julgue os dois itens a seguir.

21. Ação de improbidade administrativa apresentada em face de agente público com foro privilegiado deve ser ajuizada e processada nas instâncias judiciais ordinárias.

22. É imprescritível toda ação de ressarcimento ao erário decorrente de ato de improbidade, omissivo ou comissivo, categorizado em lei como causador de lesão ao erário.

Considerando a disciplina licitatória das Leis 10.520/2002 e 12.462/2011, bem como o regramento geral dos contratos previsto na Lei 8.666/1993, julgue os três itens a seguir.

23. Em procedimento licitatório realizado por meio de pregão, os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do sistema de cadastramento unificado de fornecedores mantido pelo ente público.

24. Situação hipotética: Determinado ente público está concluindo processo de aquisição de computadores para seus novos servidores, a qual não foi considerada de grande vulto, tampouco envolvendo alta complexidade técnica ou riscos financeiros consideráveis. Assertiva: Considerando que houve previsão editalícia a respeito e que o contrato terá valor de R\$ 5 milhões, é correto concluir que pode ser exigida a prestação de garantia contratual de até R\$ 250 mil na forma de fiança bancária.

25. Na licitação sob regime diferenciado, a adoção do maior retorno econômico enquanto critério de seleção do fornecedor é indicada à contratação de objetos predominantemente intelectuais, que envolvam inovação tecnológica, diferentes tecnologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, conforme disposição expressa da Constituição Federal e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens 26, 27 e 28.

26. Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público, uma vez que situações pessoais dos candidatos não podem sopesar o interesse público.

27. A utilização de lugares abertos ao público para o exercício do direito de reunião está condicionada aos seguintes requisitos: fim pacífico; ausência de armas; prévia autorização do Poder Público e não frustração de outra reunião previamente agenda para o mesmo dia, lugar e horário.

28. O *habeas corpus* não é medida idônea para fazer cessar, no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, ofensa ao devido processo legal.

Sobre a organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens 29, 30 e 31.

29. Na hipótese de haver grave comprometimento da ordem pública, a decretação da intervenção federal dependeria de requisição do Supremo Tribunal Federal, após julgamento de representação interventiva formulada pelo Procurador-Geral da República.

30. As terras devolutas, em regra, pertencem aos Estados, exceto as que são indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental.

31. No âmbito da competência legislativa concorrente, compete aos Estados e ao Distrito Federal o exercício da competência suplementar, de maneira a cumprir e ampliar as normas gerais fixadas pela União e acrescentar partes específicas, conforme a necessidade de cada um.

Acerca da Organização dos Poderes, julgue os itens 32, 33 e 34.

32. Em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Pelo fato de ser Chefe de Estado, possui imunidade formal que impede a sua prisão, salvo se em decorrência de sentença criminal condenatória.

33. Compete ao Supremo Tribunal Federal, processar e julgar originariamente a ação popular contra ato do Presidente da República.

34. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.

A respeito do controle de constitucionalidade, julgue o item 35.

35. A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), diversamente da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), pode ser utilizada para arguir a incompatibilidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

36. Com base no Código Civil, julgue o item a seguir, acerca dos tipos de locação.

O locatário é obrigado a restituir a coisa, ao fim da locação, no estado em que a recebeu, excetuando-se as deteriorações naturais decorrentes do uso regular.

37. De acordo com o Código Civil, julgue o item que se segue, acerca das disposições quanto à pessoa jurídica.

A modificação de regra prevista em estatuto de fundação privada deve ser aprovada pela maioria absoluta das pessoas responsáveis pela gerência da fundação e somente produzirá efeitos após decisão homologatória do Poder Judiciário.

38. Acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, da jurisprudência e doutrina atinente aos direitos de personalidade, julgue o item a seguir.

Embora o direito à honra seja personalíssimo, o direito de exigir prestação pecuniária, no caso de dano moral, se transmite aos sucessores do ofendido.

39. A respeito dos direitos da personalidade, julgue o item a seguir.

Em se tratando de estrangeiro de nacionalidade espanhola domiciliado no Brasil, as regras sobre o começo e o fim da sua personalidade, seu nome, sua capacidade civil e seus direitos de família são aquelas da legislação vigente na Espanha.

40. A respeito das disposições do direito civil atinentes ao prazo prescricional, julgue o item a seguir.

Embora o Código Civil delimite que, em regra, o prazo prescricional para a cobrança de dívida decorrente de aluguel de prédio urbano é de dois anos, este também prevê a possibilidade de as partes pactuarem contratualmente prazo prescricional maior que o disposto em lei.

41. Acerca das associações, julgue o item que se segue.

A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

42. Quanto à jurisprudência do STF no tocante ao mandado de segurança, julgue o item a seguir:

As entidades de classe têm legitimidade extraordinária para a defesa dos interesses representados independentemente de autorização dos associados por meio de mandado de segurança coletivo, ainda que a pretensão deduzida beneficie apenas parte dos membros. Neste caso não há representação, e sim substituição processual.

43. Tendo em vista os princípios constitucionais que regem o processo civil, julgue o item que se segue:

O princípio da inafastabilidade da jurisdição significa que a autoridade dos órgãos jurisdicionais é uma emanção da própria soberania estatal, impondo-se sobre as partes independentemente da sua vontade.

44. Tendo em vista a disciplina dos Atos Judiciais, julgue a assertiva subsequente:

Os despachos devem ser utilizados para atos meramente ordinatórios, a exemplo da juntada e a vista obrigatória, sendo privativos do juiz.

45. Julgue o item a seguir com base na Lei de Ação Civil Pública.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ingressou com ação civil pública em face do Distrito Federal. O objeto principal da ação é a anulação de licenças ambientais concedidas sem a observância da existência de áreas de preservação permanente. Neste caso, é possível que o Distrito Federal postule a migração do polo passivo para o ativo da ação se for comprovado o interesse público na anulação das licenças.

46. Julgue o item a seguir:

O Distrito Federal promoveu ação de improbidade administrativa em face do secretário de saúde. Em sua defesa, dentre outros pontos, o secretário sustenta a impossibilidade de aplicação da pena de multa, uma vez que isto constituiria bis in idem, considerando que o Tribunal de Contas do Distrito Federal já impôs multa pelo mesmo fato em discussão, o que foi devidamente comprovado nos autos. Conforme a jurisprudência do STJ, em caso de condenação, o juiz deve acolher o pedido do secretário, afastando a aplicação da multa a fim de evitar duplo pagamento pelo mesmo fato.

47. Tendo em vista a Lei do Mandado de Segurança e a jurisprudência em torno do tema, julgue o item a seguir:

Decreto do Governador do Distrito Federal fixou o termo a quo do prazo prescricional para a conversão de licença prêmio não gozadas durante a atividade. Paulo, servidor aposentado do Distrito Federal, ingressou com mandado de segurança requerendo a anulação do Decreto em questão, apontando diversos vícios do ato. Neste caso, o mandado de segurança deve ser denegado, uma vez que não está em questão efeito concreto resultante da aplicação do Decreto.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

48. Sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir. A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

49. De acordo com o Código Penal, para que se considere o agente inimputável por ser inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, em razão da embriaguez, é necessário que esta seja incompleta e proveniente de caso fortuito ou força maior.

50. Artur, depois de provocado por ato injusto de Paulo, retira-se e vai para sua casa, mas, decorridos cerca de trinta minutos, ainda influenciado por violenta emoção, resolve armar-se e voltar ao local do fato, onde reencontra Paulo, no qual desferiu um tiro, provocando-lhe a morte. Nesta hipótese, Artur pode invocar em seu favor a excludente da legítima defesa real.

51. Relativamente aos crimes contra a fé pública, analise a afirmativa a seguir. A conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário constitui crime contra a fé pública, não sendo necessário que se verifique nenhum tipo de utilização ou efetiva fabricação do selo de controle tributário.

52. Pedro foi abordado em uma blitz de trânsito por um policial militar que ia aplicar-lhe uma multa, porque, embora estivesse conduzindo regularmente, em sua mão de direção e seguindo as regras de trânsito, Pedro estava com os documentos do carro vencidos em razão de grande dificuldade financeira que sucedeu na pandemia. Na iminência de ter seu carro guinchado e recolhido ao pátio municipal, suplicou ao policial para que este não lavrasse a multa e recolhesse o carro, pois era o único meio de continuar tentando o sustento de sua família pois estava trabalhando como uber para sobreviver. Nesse caso, se o Policial Militar deixar de praticar esse ato de ofício deverá responder por corrupção passiva privilegiada.

53. Tício, funcionário público, convida Mévio, que trabalha em empresa privada, para ajudá-lo a subtrair um computador, pertencente à repartição, que se encontra na sala de trabalho de Tício, para seu uso diário, e que se acha sob sua guarda. Ciente da condição de funcionário público de Tício, Mévio ajuda-o a transportar esse bem até sua casa. Nessa situação hipotética, Tício e Mévio respondem por peculato.

ESTATÍSTICA

Guilherme Neves

Considerando A e B dois eventos aleatórios, com probabilidades $P(A) = 0,7$ e $P(B) = 0,4$ e que \bar{A} e \bar{B} são os seus eventos complementares, respectivamente, julgue os itens a seguir.

54. $0,1 \leq P(A \cap B) \leq 0,4$.

55. $P(A|B) > 0,3$.

56. Se A e B são eventos independentes, então os eventos A e \bar{B} também são independentes.

57. Se A e B são eventos independentes, então $P(A \cup B) > 0,80$.

58. É possível que $P(A|B) + P(B|A)$ seja igual a zero.

59. $P(A|B) > P(B|A)$.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Alex Lira

60. A cada ano que passa, o valor de uma mercadoria diminui 10% em relação ao valor do ano anterior. Caso o valor dessa mercadoria seja, hoje, igual a R\$ 100,00, então, daqui a três anos a percentagem equivalente à desvalorização total no período desses três anos será igual a 30%.

61. Um avô deixou para seus netos uma herança no valor de R\$ 5.500.000,00, para ser dividida entre eles na razão direta do número de anos de idades de cada um. Sabendo-se que o primeiro herdeiro tem 2 anos de idades, o segundo 3 e o terceiro 5, coube na partilha ao primeiro herdeiro a quantia de R\$ 1.100.000,00.

62. Em 18 horas, 2 funcionários cadastram 15 livros. Trabalhando no mesmo ritmo, o número de funcionários necessários para cadastrar 10 livros em 6 horas é igual a 4.

63. Cássio comeu a terça parte de uma torta. Amélia chegou depois e comeu a metade do que Cássio havia deixado da torta. Por último, Bianca chegou e comeu o correspondente à metade do que Amélia havia comido. A fração que sobrou dessa torta foi $\frac{1}{5}$.

64. João comprou bombons e precisa distribuí-los para 17 crianças de sua vizinhança. Distribuindo-se 13 bombons por criança irão sobrar 4 bombons sem serem distribuídos entre as crianças. Se a mesma quantidade de bombons fosse distribuída igualmente por 24 crianças, cada criança receberia 9 bombons e sobriam, sem serem distribuídas entre as crianças, um total de bombons igual a 9.

65. Em uma loja, 12 vendedores com a mesma eficiência, venderam uma quantidade x de produtos em 2 horas e 45 minutos. No dia seguinte, 3 dentre os 12 vendedores do dia anterior, venderam $x/3$ de produtos em um tempo igual a 3 horas e 15 minutos.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Herbert Almeida

Considerando as disposições da Lei Orgânica do Distrito Federal sobre a organização do TCDF, julgue as assertivas seguintes.

66. Compete à Câmara Legislativa do Distrito Federal escolher quatro entre os sete membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

67. Os membros do TCDF indicados pelo governador serão submetidos à arguição pública, na CLDF, e depois serão submetidos à aprovação do órgão legislativo, em votação ostensiva.

68. Os conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos casos de crime comum, serão processados e julgados, originariamente, pelo Superior Tribunal de Justiça, cabendo à CLDF o julgamento por crime de responsabilidade.

Sobre a tomada de contas especial, julgue as assertivas seguintes.

69. Se o dano apurado em tomada de contas especial for inferior ao limite estabelecido para remessa ao TCDF para fins de julgamento, a autoridade administrativa responsável deverá informar ao Tribunal, nas contas anuais do jurisdicionado, as providências adotadas, bem como os resultados obtidos visando à recomposição do dano.

70. Originariamente, cabe à autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial. Caso a medida não seja adotada de ofício, poderá o TCDF determinar a instauração de tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

71. A tomada de contas especial também poderá decorrer de processo de fiscalização, situação em que a conversão é ordenada pelo TCDF, independentemente da ocorrência de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao patrimônio público.

72. Ainda que a responsabilidade pelo dano recaia apenas sobre terceiros, não vinculados à administração pública, a tomada de contas especial terá prosseguimento para fins de julgamento perante o TCDF.

Julgue os itens seguintes acerca dos recursos apresentados nos processos perante o TCDF.

73. O responsável que tiver as suas contas julgadas irregulares poderá interpor recurso de revisão, diante da superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida, dentro do prazo de cinco anos, contados na forma regimental.

74. O recurso de revisão compreende as fases de admissibilidade e mérito, que serão conduzidas por relator diverso daquele que tiver proferido o voto condutor da decisão de mérito anterior.

75. A decisão do TCDF faz coisa julgada em sentido formal, uma vez que os processos discutidos na Corte se encerram no próprio Tribunal, mas não faz coisa julgada em sentido material, uma vez que a decisão poderá ser objeto de impugnação judicial.

76. Para o STF, nem mesmo lei poderá instituir a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

77. Entre as funções do controle interno encontra-se a de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, motivo pelo qual o controle externo poderá emitir determinações ao órgão de controle interno, dentro de uma relação hierarquizada dos dois sistemas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

78. Os procedimentos analíticos substantivos constituem-se em testes de detalhes, procedimentos substantivos ou uma combinação dos dois.

79. Ao elaborar um contrato com uma empresa de auditoria independente, a entidade que seria auditada pela primeira vez incluiu no contrato uma cláusula acerca do trabalho a ser feito. A cláusula mencionava que, após o trabalho, o parecer deveria assegurar de forma incontestável que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante devido à fraude ou erro. Essa cláusula é considerada inadequada em decorrência da limitação do escopo da auditoria.

80. Acerca dos riscos de amostragem, avalie as afirmativas a seguir.

Na determinação da extensão dos testes de auditoria, em geral, o auditor emprega técnicas de amostragem, porém essas apresentam alguns riscos.

Os riscos de superavaliação de confiabilidade e o risco de aceitação incorreta afetam a eficiência da auditoria, pois em geral conduzem o auditor a realizar trabalhos adicionais. Os riscos de subavaliação da confiabilidade e o risco de rejeição incorreta afetam a eficácia da auditoria e têm mais probabilidade de conduzir a uma conclusão errônea.

81. O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway -COSO apresentou, em 1992, um modelo amplamente aceito para o estabelecimento de controles internos denominado “Controle Interno – Estrutura Integrada” – aplicável a entidades de grande, médio e pequeno portes, com ou sem fins lucrativos, bem como ao setor público – , que ficou popularmente conhecido como COSO I. Conforme esse modelo, controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, pela administração e por pessoas da organização, que visa proporcionar certeza de que os objetivos da entidade serão alcançados.

82. O Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (COSO, na sigla em inglês) publicou, em 2004, o modelo denominado “Gerenciamento de Riscos Corporativos” (ERM, na sigla em inglês), popularizado como COSO II. Esse modelo apresenta três categorias de objetivos comuns à maioria das organizações: objetivos operacionais; objetivos de comunicação e objetivos de conformidade.

83. A NBC TA 265 dispõe que o auditor tem responsabilidade de comunicar apropriadamente, aos responsáveis pela governança e à administração, as deficiências de controle interno que foram identificadas na auditoria das demonstrações contábeis. Segundo a norma supracitada, são exemplos de indicadores de deficiência significativa do controle interno: a

ausência de processo de avaliação de risco na entidade em que a existência desse processo seria normalmente esperada e a evidência de subjetividade na determinação de valores estimados, a exemplo de estimativas contábeis a valor de mercado.

84. As evidências de auditoria não devem suscitar dúvidas quanto à sua confiabilidade. Dessa forma, se as respostas obtidas da administração, do controle interno ou de outras fontes forem inconsistentes entre si, torna-se possível a conclusão de que um item individual da evidência de auditoria não é confiável.

85. A existência de processo de avaliação de risco na entidade é exemplo de indicador de que o controle interno está funcionando satisfatoriamente.

86. Um dos parágrafos do Relatório de Auditoria está reservado para o parecer do auditor. Nesse parecer o auditor pode concluir por não emitir opinião, tendo em vista que as comprovações disponibilizadas não foram suficientes para fundamentá-la. Neste caso, o auditor emitirá o parecer com abstenção de opinião.

87. Situação hipotética: Um auditor de controle externo do TCDF realizou a análise dos pedidos de aquisição de remédios, constatando se eles haviam sido assinados pelo chefe do setor de compras, como estabelecido na política da Secretaria de Saúde do GDF.

88. A Matriz de Planejamento é um quadro-resumo das informações relevantes de uma auditoria, tratando-se de um papel de trabalho que organiza e sistematiza toda a etapa de planejamento, com o propósito de orientar a equipe na fase de execução.

A matriz integra o programa de auditoria, contendo alguns dos elementos essenciais que o definem, entre os quais estão as questões de auditoria.

Na elaboração dessas questões deve-se levar em conta que o texto deve ser redigido com clareza e apresentar os resultados esperados.

89. Um auditor de controle externo do TCDF defrontou-se com evidências circunstanciais acerca de uma não conformidade na área auditada. Ele, então, elaborou matriz de seus achados de auditoria.

Diante do caso concreto, julgue o item a seguir.

A matriz de achados de auditoria não ajuda na elaboração de relatórios mais concisos e objetivos, pois estimula a inserção de detalhes ou de informações estranhas aos componentes dos achados.

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

90. Julgue o item que se segue.

Na programação que opera e instrumentaliza o orçamento, formulam-se um conjunto de medidas para atingimento de alvo preestabelecido, o qual não fica a mercê da discricionariedade da gestão, mas submetem-se a indicadores fixados no PPA. Conforme sua finalidade, esses programas podem ser enquadrados em algumas variantes: programas finalísticos, programas de gestão de políticas públicas, programas de serviços ao Estado e programas de apoio administrativo. Especificamente quanto aos programas finalísticos, abrangem as ações de governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas.

91. No tocante às despesas públicas, julgue o item que se segue.

Segundo lei 4.320/64, as despesas correntes classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Por outro lado, classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado. Entretanto, na classificação trazida pela Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 2001, o grupo de natureza da despesa, para as despesas correntes, é refletido pelas seguintes discriminações: Pessoal e

Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

92. Em relação a lei 4.320/64, julgue o item que se segue.

Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visará a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica. Nesse caso, o valor das subvenções será inexoravelmente calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

93. Julgue o item que se segue.

Os investimentos serão discriminados na LOA segundo os projetos de obras e de outras aplicações. No entanto, os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

94. Julgue o item que se segue.

No processo orçamentário, a LDO foi prevista pela Constituição Federal como um fato de comunicação entre o plano de médio prazo do PPA e a estimativa de receitas e fixação de despesas para o próximo exercício. Com sua finalidade de orientação da elaboração da LOA, a LDO proposta por um governo pode vigor por um período maior que um exercício financeiro.

95. No tocante à LRF, julgue o item que se segue.

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da LRF, conterà, reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

96. Em relação à LRF, julgue o item que se segue.

Para obedecer ao princípio de unidade de caixa, o refinanciamento da dívida pública constará na lei orçamentária e nas de crédito adicional dentro das demais despesas referentes ao endividamento público.

97. No tocante à LRF, julgue o item que se segue.

A cidade de Águas Claras só contribuirá para o custeio de despesas de competência do Distrito Federal se houver autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual ou convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

98. Em relação à dívida pública, julgue o item que se segue.

Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

99. Em relação a prestação de contas na LRF, julgue o item que se segue.

A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas no tocante somente a impostos.

100. Sobre a LRF, julgue o item que se segue.

Ao final de cada quadrimestre, será emitido pelos titulares dos Poderes e Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo Chefe do Poder Executivo, Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo, Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário, Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados. Tal relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno.

101. Em relação aos princípios orçamentários, julgue o item que se segue.

O orçamento é veiculado pelos instrumentos normativos previstos na Constituição. Sem tais instrumentos, o sistema de controle seria fragilizado, e a Administração Pública não teria como implantar satisfatoriamente as políticas públicas, que são múltiplas e transversais. Nesse sentido, o princípio da transversalidade exige que todas as receitas e despesas dos varados órgãos do ente público devem compor o orçamento público.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardoso

A tabela a seguir apresenta o valor contábil do estoque de mercadorias da empresa JSL, usando diferentes critérios de avaliação:

	Método PEPS	Média Ponderada Móvel	Custo Específico
Valor Apurado	R\$10.000	R\$9.900	R\$9.702

Com base no disposto na norma Brasileira de Contabilidade – CPC 00 (R2), julgue os itens subsequentes.

102. É possível que haja representação fidedigna dos estoques de determinada entidade mesmo que sejam apresentados valores contábeis diferentes. Porém, a adoção de critérios de avaliação distintos diminuirá a comparabilidade.

103. Devem ser reconhecidos como ativos os direitos que a entidade possui e que também estão acessíveis a outras partes sem custo significativo, como por exemplo, direitos de passagem e conhecimentos de domínio público.

104. Estão excluídos do conceito de despesas os gastos incorridos na emissão de títulos patrimoniais, como por exemplo, ações, ainda que a operação de captação de recursos não seja efetivada ocorrido, pois representam transações de capital da empresa com seus sócios.

Sobre os critérios de avaliação de ativos, previsto na Lei 6404/76, julgue o item seguir.

105. Aplicações em instrumentos financeiros devem ser avaliadas pelo custo de aquisição ajustado ao valor de realização quando classificado como destinados à negociação ou disponíveis para venda.

De acordo com a Lei 6404/76 e os Pronunciamentos Contábeis, analise as seguintes informações:

- I. O grupo de contas Ativo Permanente foi extinto.
- II. Os chamados Ajustes de Avaliação Patrimonial devem ser contabilizados imediatamente no resultado do período de acordo com o princípio da competência, tendo como contrapartida as contas do Ativo ou Passivo que foram avaliados a valor justo.
- III. No grupo Ativo Imobilizado são classificados os bens tangíveis, como por exemplo, terrenos adquiridos para valorização.
- V. O Ativo Realizável em longo prazo é um subgrupo de contas pertencente ao grupo do Ativo Não Circulante.

106. Podemos afirmar que apenas duas assertivas estão corretas.

As contas e saldos listados a seguir foram extraídos do livro Razão da Cia. Coruja Bolada, no último dia do exercício social de 2020:

Conta	Saldo
Ações de empresas coligadas	R\$1.000,00
Adiantamento a fornecedores	R\$3.000,00
Adiantamento de clientes	R\$4.500,00
Aluguéis a pagar	R\$1.500,00
Aluguéis a receber	R\$2.000,00
Caixa	R\$2.500,00
Capital a integralizar	R\$3.000,00
Capital social subscrito	R\$9.500,00
Clientes	R\$9.000,00
Contas a receber	R\$3.500,00
Duplicatas a receber	R\$8.500,00
Empréstimos obtidos	R\$8.000,00
Fornecedores	R\$7.500,00
Juros ativos	R\$7.000,00
Juros passivos	R\$6.500,00
Máquinas e equipamentos	R\$6.000,00
Materiais	R\$5.500,00
Mercadorias	R\$5.000,00

107. Considerando, exclusivamente, as contas acima listadas, sem efetuar o encerramento do exercício, a diferença entre os saldos devedores e credores é, em valores absolutos, é inferior a R\$ 18.000.

A empresa comercial Planaltina S/A mantém no seu estoque para revenda três tipos de mercadorias, como os respectivos valores apresentados abaixo:

Produto	Custo	Preço de Venda	Gastos com venda
Alfa	R\$ 8.000,00	R\$ 8.800,00	R\$ 560,00
Beta	R\$ 7.200,00	R\$ 7.600,00	R\$ 480,00
Gama	R\$ 8.800,00	R\$ 9.600,00	R\$ 640,00

Com base nessas informações e com o que preconiza do CPC 16 – Estoques, julgue os itens a seguir.

108. O saldo dos estoques apresentado no balanço patrimonial, ao encerramento do exercício, será superior a R\$ 23.950,00.

109. Será reconhecido no resultado do exercício, a título de write down, uma despesa cujo valor é inferior a R\$ 100,00.

A Cia Cardozo Brothers S/A adquiriu um forno industrial em 1º/1/20X1 pelo valor de \$ 1.000.000 para utilização na produção. A vida útil estimada do bem é de cinco anos, depreciado linearmente, e valor residual de \$ 200.000. No final do terceiro ano de uso, a máquina foi vendida à vista por \$ 550.000.

Considerando as informações do texto, julgue os itens a seguir.

110. A empresa Cardozo Brothers S/A deverá reconhecer no resultado uma perda com a venda do Imobilizado de R\$ 30.000.

111. A contabilização referente à alienação e baixa do Imobilizado pode ser representada por um único lançamento de 4ª fórmula.

A empresa Sobradinho S/A apresentou as seguintes informações extraídas da sua controladoria:

CMV	R\$ 530.000,00
ICMS sobre vendas	R\$ 180.000,00
Despesas operacionais	R\$ 110.000,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 31.200,00
Devolução de vendas	R\$ 50.000,00
Vendas brutas	R\$ 1.000.000,00

112. Considerando as informações anteriores, o lucro bruto corresponde a R\$ 240.000.

De acordo com o CPC, sobre a Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Fluxos de Caixa, julgue as seguintes assertivas.

113. A elaboração da DVA consolidada deve basear-se nas demonstrações individuais de cada ano e empresa, e evidenciar a participação dos sócios não controladores.

114. A variação positiva do saldo de Duplicatas a Receber significa adiar o recebimento de dinheiro que vai para o Caixa, tendo que sacrificar recursos financeiros que teriam outra destinação.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Luciano Rosa

115. A empresa Write Owl apresentou as seguintes informações:

- o ativo circulante corresponde a 40% do passivo circulante;
- o índice de liquidez geral é igual a 0,6;
- o realizável a longo prazo é R\$ 1.000 inferior ao exigível em longo prazo;
- o passivo circulante corresponde a R\$ 25.000.

Considerando apenas essas informações, podemos concluir que o índice de liquidez seca será superior a 0,30, caso o estoque seja de R\$ 2.000.

116. A tabela a seguir mostra informações extraídas das demonstrações contábeis das empresas A e B, em 31/12/2019.

Os valores são expressos em reais.

	A	B
ativo circulante	50.000	60.000
ativo não circulante	250.000	40.000
ativo total	300.000	100.000
passivo circulante	20.000	40.000
passivo não circulante	100.000	20.000
passivo total	120.000	60.000
patrimônio líquido	180.000	40.000

Tendo como referência as informações apresentadas, julgue o item que se segue.

A Composição do Endividamento da empresa B é igual ao grau de endividamento da empresa A,

117. A realização da análise financeira de uma empresa visa mensurar a lucratividade, a rentabilidade do capital próprio e o retorno de investimentos.

118 - A margem bruta apurada sofrerá alterações caso a empresa esteja na condição de vendedora e obtenha um desconto para antecipação do pagamento de boletos emitidos por fornecedores.

119. Com base nos dados da tabela abaixo e considerando os indicadores mais utilizados na análise contábil, julgue o item a seguir.

ativo circulante	R\$	passivo circulante	R\$
bancos – conta movimento	3.000,00	fornecedores	2.000,00
duplicatas a receber	8.000,00	empréstimos	8.000,00
estoques	3.000,00	–	–
despesas antecipadas	1.000,00	–	–
TOTAL	15.000,00		10.000,00

Com base nos dados da tabela acima e considerando os indicadores mais utilizados na análise contábil, julgue o item a seguir.

A empresa tem R\$ 14.000,00 em disponíveis e a realizar, e R\$ 10.000,00 a pagar, a curto prazo. Entretanto, a capacidade de pagamento de todas as obrigações nos respectivos prazos de vencimento vai depender dos prazos médios de recebimento das vendas, de pagamento das compras e empréstimos, e da rotação dos estoques.

120. Os seguintes valores do ativo e do patrimônio líquido da empresa Blue Owl foram obtidos a partir do seu Balanço Patrimonial publicado em 31/12/2019:

– Total do Ativo = R\$ 250.000,00.

– Patrimônio Líquido = R\$ 100.000,00.

Sabendo-se que o Índice de Liquidez Corrente da empresa, obtido a partir do mesmo balanço, era 1,6 e que o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%, o valor total do Ativo Não Circulante da empresa, em 31/12/2019, era, em reais, maior que R\$ 160.000.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

121. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) fornecem diversas informações aos usuários da informação contábil. No entanto, essas informações não podem ser utilizadas para propósitos distintos daqueles destacados na NBC TSP – Estrutura Conceitual: prestação de contas, responsabilização e tomada de decisões.

122. A etapa de execução da despesa engloba a descentralização de créditos orçamentários fixados na etapa do planejamento, além dos estágios do empenho, liquidação e pagamento.

123. No regime de execução de despesas por meio de suprimento de fundos, ou regime de adiantamento, a despesa é empenhada em nome do servidor e não há formalização de processo licitatório ou por contratação direta (dispensa e inexigibilidade).

Acerca das disposições previstas na NBC TSP Estrutura Conceitual, julgue os itens a seguir:

124. A estrutura conceitual não propôs o valor justo como uma das bases de mensuração para ativos e passivos. Em substituição, propôs o valor de mercado, o qual foi definido do mesmo modo que o valor justo, ou seja, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo extinto, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em transação sem favorecimentos.

125. O valor em uso, base de mensuração a valor corrente do ativo, reflete o ambiente econômico vigente na data de apresentação do relatório.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP) julgue os itens a seguir:

126. Ativos recebidos na configuração de geradores de receita sem contraprestação podem ser transferidos com base em certas condições em seu uso ou destinação de seus benefícios. Nesse sentido, quando se tratar apenas de restrições sobre ativos transferidos, ou apenas restrições, em que pese a possibilidade do ente receptor ser responsabilizado ou demandado administrativamente ou judicialmente a posteriori, não há necessidade de contabilização inicial de passivo.

127. Se o valor contábil de um ativo imobilizado aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deve ser creditado, regra geral, diretamente no resultado do exercício, como Variação Patrimonial Aumentativa (VPA).

128. Entre os atributos conceituais da conta contábil está a natureza do saldo, a qual identifica se a conta tem saldo devedor, credor ou ambos. Nesse sentido, uma conta do PCASP considerada híbrida é o “Ajuste de Avaliação Patrimonial”.

129. No registro do reconhecimento do crédito tributário por competência, há lançamentos nas naturezas de informação orçamentária e patrimonial do PCASP.

Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, julgue os itens a seguir:

130. Situação hipotética: uma entidade do setor público verificou ao final do exercício excesso de arrecadação de R\$ 100.000,00 e excesso de despesas de R\$ 50.000,00. **Assertiva:** É correto afirmar que, nesse caso, em que pese a configuração de uma inconformidade, pois não há respaldo legal para a execução de despesas, além dos créditos orçamentários iniciais e adicionais fixados, o excesso de arrecadação supre essa inconformidade, haja vista esse excesso ser maior que o excesso de despesa.

131. Por meio do balanço orçamentário, um auditor de controle externo poderá realizar, entre outras, a análise da capitalização/descapitalização por meio da comparação do relacionamento entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital.

132. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é obrigatória para as empresas estatais dependentes, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação. A DMPL complementa o Anexo de Riscos Fiscais, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

ECONOMIA

Celso Natale

133. A existência de necessidades ilimitadas tornaria frágil o caráter “econômico” dos chamados problemas econômicos fundamentais e, por consequência, a própria Economia como disciplina.

134. Um bem inferior pode ter sua elasticidade-preço da demanda positiva, caso no qual aumento no preço do bem provocará aumento na quantidade demanda.

135. Se o aumento do preço do bem X leva à redução da quantidade demandada do bem Y, então X e Y são bens substitutos.

136. Quando o módulo da elasticidade preço da demanda de um produto for superior a um, o aumento no seu preço tenderá a reduzir a receita do monopolista.

137. Para promover política monetária contracionista, o Banco Central (BC) pode utilizar como instrumento a taxa de redesconto: ao aumentar essa taxa, haverá desincentivo aos bancos para tomar novos empréstimos junto ao BC, o que tende a reduzir os meios de pagamento.

138. Ao aumentar a taxa de recolhimento compulsório, o Banco Central executa política monetária contracionista.

139. Como medida para combater o efeito recessivo da pandemia da Covid-19, o governo pode promover política fiscal ou monetária expansionistas. Julgue o item subsequente.

Entre essas políticas, podemos mencionar a compra de títulos federais do público, a redução do encaixe compulsório dos bancos comerciais junto ao Banco Central, a redução da carga tributária e tributação sobre grandes fortunas.

140. Os denominados estabilizadores automáticos servem para atuar em situações como a deflagrada pelo início dos efeitos da crise mundial de Covid-19 no emprego e na renda. Entre esses instrumentos estão o seguro-desemprego e a tributação progressiva da renda.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Guilherme Neves

Guilherme tomou um empréstimo a uma taxa de juros de 24% ao ano com capitalização mensal para ser pago em 4 prestações mensais, consecutivas e iguais a R\$ 2.000,00. Sabendo que a primeira prestação venceu 30 dias após a assinatura do contrato do empréstimo, julgue os itens a seguir.

141. O valor atual do empréstimo no momento da assinatura do contrato foi superior a R\$ 7.500,00.

142. A taxa efetiva mensal é de 2%.

143. A taxa trimestral efetiva equivalente é superior a 6,2%.

144. Se Guilherme decidir pagar a quarta prestação junto com a terceira prestação na data de vencimento da terceira prestação, então o valor total a ser pago, considerando que a taxa de juros é a mesma taxa de desconto, é de menos de R\$ 3.950,00.

145. O sistema de amortização do empréstimo em questão é o Sistema de Amortização Constante.

FINANÇAS CORPORATIVAS

Paulo Portinho

146. No modelo WACC os pesos entre o financiamento com capital próprio e capital de terceiros devem ser estabelecidos levando em consideração o valor de mercado das ações e o valor de mercado da dívida de longo prazo. No Brasil, como as ações preferenciais não têm direito a voto, apenas prioridades em recebimentos de dividendos e outras vantagens, o valor de mercado das ações preferenciais deve ser considerado como dívida e não como equity para o WACC

147. Para calcular o valor presente do valor residual em um projeto de investimentos é necessário calcular a perpetuidade dos fluxos de caixa posteriores ao fim das projeções anuais detalhadas. O resultado dessa perpetuidade deverá, então, ser descontado pela TMA e pelo período de projeções anuais detalhadas MENOS 1.

148. Suponha que houve uma euforia nos mercados e os riscos sistemáticos se mantiveram, porém a expectativa de retorno do mercado disparou. Vendo isso o governo quadruplicou as taxas de juros da economia. O que se espera para a expectativa de retorno da carteira de mercado no longo prazo com essa ação do governo é o declínio.

149. No modelo CAPM (capital asset pricing model), o coeficiente beta é utilizado para medir o risco sistemático, definido como o grau de suscetibilidade de um ativo às variações macroeconômicas que afetam o mercado como um todo.

150. Se, no estudo de viabilidade de determinado projeto, verificar-se que a taxa interna de retorno calculada é menor que o retorno exigido, será correto propor-se como alternativa o parcelamento do investimento inicial necessário sem prejuízo do fluxo de receitas esperado, ou, na impossibilidade do referido parcelamento, concentrar-se o fluxo de receitas, antecipando-se o seu recebimento SOMENTE SE as taxas de juros para antecipação de recebimentos e para postergação de pagamentos for MENOR do que a TIR.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCDF-21-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!

A banner for 'ASSINATURA ILIMITADA' featuring a close-up of an owl's face on the left. The text 'ASSINATURA ILIMITADA' is in large, bold, blue letters. Below it, a blue box contains the text 'ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO* SEM PREOCUPAÇÃO'. On the right, a yellow and blue price tag shows two options: '1 ANO 12X R\$ 199,97' and '2 ANOS 12X R\$ 333,97'. At the bottom left, there is a small text '*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE'.